



**Período: Segunda Quinzena de JUNHO/2012**

## **30/06/2012 Portaria CAT 83, de 29 de junho de 2012**

*Altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.*

A Portaria CAT 83, de 29 de junho de 2012, publicada em 30/06/2012, altera a Portaria CAT-241/09, de 25-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de colchoaria, a que se refere o artigo 313-Z2 do Regulamento do ICMS e dá outras providências.

Em atenção ao nosso pleito, tendo em vista as dificuldades para a conclusão das correspondentes pesquisas de preços, foi prorrogada a vigência da Portaria CAT 241/2009, de 25 de novembro de 2009, **até 31 de julho de 2012**.

Sendo assim, a partir de 1º de agosto de 2012, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no parágrafo 1º do artigo 313-Z1 do Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Vale frisar que o percentual de **159,34%** será aplicado quando não houver a indicação do IVA-ST específico para mercadoria.

No caso de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- (i) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;
- (ii) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- (iii) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

A Portaria CAT 83/2012 entra em vigor em 1º de julho de 2012, ficando revogada, a partir da mesma data, a Portaria CAT 76/2011.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 83/2012 e do respectivo Anexo Único, **[clique aqui](#)**.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



## **30/06/2012 Portaria CAT 82, de 29 de junho de 2012**

*Altera a Portaria CAT-78/10, de 2-6-2010, que estabelece a base de cálculo na saída de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS, e dá outras providências.*

A Portaria CAT 82, de 29 de junho de 2012, publicada em 30/06/2012, altera a Portaria CAT-78/10, de 2-6-2010, que estabelece a base de cálculo na saída de materiais de construção e congêneres, a que se refere o artigo 313-Z do Regulamento do ICMS, e dá outras providências.

Em atenção ao nosso pleito, tendo em vista as dificuldades para a conclusão das correspondentes pesquisas de preços, foi prorrogada a vigência da Portaria CAT 78/2010, de 2 de junho de 2010, **até 31 de julho de 2012.**

Vale frisar que, a partir de 1º de agosto de 2012, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Y do Regulamento do ICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Importante destacar, ainda, que quando não houver a indicação do IVA-ST específico para a mercadoria, deverá ser aplicado o percentual de **101,42%** (cento e um inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- (i) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;
- (ii) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- (iii) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2012, a Portaria CAT 86/2011, que tratava do assunto.

A Portaria CAT 82/2012 entra em vigor em 1º de julho de 2012 e para conhecer o inteiro teor da mesma e do respectivo Anexo Único, **clique aqui**.

# ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP



## 29/06/2012 Decreto Federal nº 7.767, de 27 de junho de 2012

*Estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de produtos médicos, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.*

Publicado no Diário Oficial da União em 28 de junho de 2012, o Decreto Federal nº 7.767, de 27 de junho do mesmo ano, estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de **produtos médicos**, conforme percentuais e descrições nos *Anexos I e II*, com vista à promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

Em síntese, o Decreto nº 7.767/2012 regulamenta a Lei nº 8.666/93 (art. 3º) para estabelecer **margem de preferência** nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal, que deverá ser contemplada nos editais após 28/06/2012 e que será aplicada até **30/06/2017**, para **aquisição de produtos médicos (apenas para produtos manufaturados nacionais) descritos nos Anexos I (Materiais Hospitalares) e II (Equipamentos Hospitalares)**, conforme *Processo Produtivo Básico* ou, na sua ausência, segundo *regra de origem* estabelecida em ato do Ministro do MDIC. O não atendimento do produto ao *Processo Produtivo Básico* ou à *regra de origem* ou a *não apresentação tempestiva* de cópia da *Portaria Interministerial* que atesta sua habilitação aos incentivos da Lei nº 8.248/91, ou da *Resolução do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus* que atesta sua habilitação aos incentivos do Decreto-lei nº 288/1967, ou do *formulário de declaração de cumprimento da regra de origem*, o considerará como produto manufaturado estrangeiro, o que implica a não aplicação da margem de preferência.

Cálculo da margem de preferência: calculada sobre o menor preço ofertado do produto manufaturado estrangeiro, conforme fórmula prevista no *Anexo III* e condições deste regulamento.

Quando será aplicada a margem de preferência:

- a) após a fase de lances, na modalidade de pregão; e
- b) no julgamento e classificação das propostas, nas demais modalidades de licitação;
- c) não será aplicada caso o preço mais baixo ofertado seja do produto manufaturado nacional.

A aplicação da margem de preferência não exclui:

- a) direito de preferência das microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) a negociação entre o pregoeiro e o vencedor da fase de lances.

A aplicação da margem de preferência fica condicionada ao cumprimento, no momento da licitação, do disposto no § 9º, do art. 3º da Lei nº 8.666/1993.

Demais informações poderão ser encontradas no texto deste Decreto, no *link* abaixo.

O Decreto Federal nº 7.767, de 27 de junho de 2012, entra em vigor na data de sua publicação e para conhecer o seu inteiro teor, **clique aqui**.



---

## **28/06/12 Portaria CAT 80, de 27 de junho de 2012**

*Altera a Portaria CAT-71, de 22-06-2012, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de papelaria, a que se refere o artigo 313-Z14 do Regulamento do ICMS.*

A Portaria CAT 80, de 27 de junho de 2012, publicada em 28/06/2012, altera a redação do Anexo Único da Portaria CAT 71/2012, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de papelaria, a que se refere o artigo 313-Z14 do Regulamento do ICMS.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 80/2012 e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **27/06/12 Portaria CAT 79, de 26 de junho de 2012**

*Estabelece a base de cálculo na saída dos materiais elétricos, a que se refere o artigo 313-Z18 do Regulamento do ICMS.*

A Portaria CAT 79, de 26 de junho de 2012, publicada em 27/06/2012, estabelece a base de cálculo na saída dos materiais elétricos, a que se refere o artigo 313-Z18 do Regulamento do ICMS.

Dessa forma, no período de 1º de julho de 2012 a 30 de setembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z17 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12%, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

IVA-ST ajustado =  $[(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$ , onde:

- (i) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;
- (ii) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- (ii) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Importante destacar que a partir de 1º de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-Z17 do RICMS, com destino a estabelecimento localizado em território paulista, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST.



Nessa hipótese, o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

(i) a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 28 de fevereiro de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 30 de junho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

Mister se faz alertar que, se não for cumprido o prazo para a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços (28/02/2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de outubro de 2013.

Quando se tratar de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula mencionada acima.

Ficam revogadas, a partir de 01 de julho de 2012, as Portarias CAT 263/09 e 81/11, que tratavam do assunto.

A Portaria CAT 79/2012 entra em vigor em 01/07/2012.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 79/2012 e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **27/06/12 – Portaria CAT 78, de 26 de junho de 2012**

*Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os arts. 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.*

A Portaria CAT 78, de 26 de junho de 2012, publicada em 27/06/2012, estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se refere o artigo 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a revendedores que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.

Dessa forma, no período de 01 de agosto de 2012 a 31 de outubro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-E e 313-G do RICMS, com destino a revendedor localizado em território paulista que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

**DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP**



calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST relacionado no Anexo Único.

Conforme o §1º do artigo 1º da Portaria CAT 78/12, quando não houver a indicação do IVA-ST específico para a mercadoria, deverá ser aplicado o IVA-ST médio estabelecido para o setor (para saída da indústria: 339%; para saída do atacado: 43%).

Na hipótese de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12%, o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{IVA-ST ajustado} = [(1 + \text{IVA-ST original}) \times (1 - \text{ALQ inter}) / (1 - \text{ALQ intra})] - 1$$
, onde:

- (i) IVA-ST original é o IVA-ST aplicável na operação interna;
- (ii) ALQ inter é a alíquota interestadual aplicada pelo remetente localizado em outra unidade da Federação;
- (ii) ALQ intra é a alíquota aplicável à mercadoria neste Estado.

Importante destacar que a partir de 01 de novembro de 2013, a base de cálculo para fins de retenção e pagamento do imposto relativo às saídas subsequentes das mercadorias arroladas no § 1º do artigo 313-E e 313-G do RICMS, com destino a revendedor localizado em território paulista, que atue no segmento de vendas ao consumidor final pelo sistema porta-a-porta, será o preço praticado pelo sujeito passivo, incluídos os valores correspondentes a frete, carreto, seguro, impostos e outros encargos transferíveis ao adquirente, acrescido do valor adicionado calculado mediante a multiplicação do preço praticado pelo Índice de Valor Adicionado Setorial – IVA-ST.

Nessa hipótese, o IVA-ST será estabelecido mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

- (i) a entidade representativa do setor deverá apresentar à Secretaria da Fazenda levantamento de preços com base em pesquisas realizadas por instituto de pesquisa de mercado de reputação idônea, nos termos dos artigos 43 e 44 do RICMS, observando o seguinte cronograma:

a) até 31 de março de 2013, a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços;

b) até 31 de julho de 2013, a entrega do levantamento de preços;

Mister se faz alertar que, se não for cumprido o prazo para a comprovação da contratação da pesquisa de levantamento de preços (31/03/2013), a Secretaria da Fazenda poderá editar ato divulgando o IVA-ST que vigorará a partir de 1º de novembro de 2013.

Quando se tratar de entrada de mercadoria proveniente de outra unidade da Federação cuja saída interna seja tributada com alíquota superior a 12% (doze por cento), o estabelecimento destinatário paulista deverá utilizar o “IVA-ST ajustado”, calculado pela fórmula mencionada acima.

Fica revogada, a partir de 01 de agosto de 2012, a Portaria CAT 246/09, que tratava do assunto.





A Portaria CAT 78/2012 entra em vigor em 01/08/2012.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 78/2012 e do respectivo Anexo Único, [clique aqui](#).

---

## **27/06/12 Portaria CAT 77, de 26 de junho de 2012**

*Altera a Portaria CAT-246/09, de 27-11-2009, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal, a que se referem os arts. 313-F e 313-H do Regulamento do ICMS, com destino a empresas que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.*

A Portaria CAT 77, de 26 de junho de 2012, publicada em 27/06/2012, altera o prazo de vigência da Portaria CAT-246/09, que estabelece a base de cálculo na saída de produtos de perfumaria e de higiene pessoal a que se referem os arts. 313-F e 313-H do RICMS/SP, com destino a empresas que atuam no segmento de vendas a consumidor final pelo sistema porta-a-porta.

Assim, o prazo que anteriormente era até 30.06.2012 passa a ser 31.07.2012.

Como o prazo anterior (30.06.2012) constava da Portaria CAT 68/12, de 29/05/2012, foi necessária a sua revogação para que o novo prazo passasse a vigor. Nesse sentido o artigo 2º estabelece: “Fica revogada, a partir de 1º de julho de 2012, a Portaria CAT 68/12...”.

A Portaria CAT 77/2012 entra em vigor em 1º de julho de 2012.

Para conhecer o inteiro teor da Portaria CAT 77/2012, [clique aqui](#).

---

## **22/06/2012 – Portaria CAT 71, de 22 de junho de 2012**

Estabelece a base de cálculo na saída de produtos de papelaria, a que se refere o artigo 313-Z14 do Regulamento do ICMS.

Para visualizar o **Informe Jurídico** sobre o assunto, [clique aqui](#)

Para acessar o inteiro teor da Portaria CAT nº 71/2012, [clique aqui](#).

---

## **20/06/2012 – Lei Federal nº 12.669, de 19 de junho de 2012**

*Dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios informarem ao produtor de leite o valor pago pelo produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.*

Publicada no Diário Oficial da União em 20 de junho de 2012, a Lei Federal nº 12.669, de 19 de junho de 2012, dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas de beneficiamento e comércio de laticínios a informarem ao produtor de leite o preço pago pelo litro do produto até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês anterior à entrega.

# **ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS**

DEPARTAMENTO JURÍDICO DA FIESP

---



De acordo com esta Lei, a não informação penalizará a empresa de beneficiamento e comércio de laticínios a pagar o maior preço praticado no mercado.

A Lei 12.669/2012 entra em vigor na data da sua publicação.

Para conhecer inteiro teor da Lei Federal nº 12.669, de 19 de junho de 2012, [clique aqui](#).

---

## **15/06/12 - Decreto Federal nº 7.756, de 14 de junho de 2012**

Decreto Federal nº 7.756, de 14 de junho de 2012, que estabelece a aplicação de margem de preferência em licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de produtos de confecções, calçados, artefatos, para fins do disposto no art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Para acessar a íntegra do informe jurídico, [clique aqui](#).

Para acessar o inteiro teor do Decreto Federal nº 7.756/12, [clique aqui](#).